

ATOS DA REITORIA – BOLETIM INTERNO Nº 24 DE 29.12.2023

RESOLUÇÕES

O Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas normas estatutárias e regimentais, em conformidade com o Artigo 21, incisos XIV e XIX do Regimento Geral, RESOLVE promulgar, *ad referendum* do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), a seguinte Resolução:

Nº 5.777, de 19.12.23 – Art. 1º Fica aprovado o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente-A, em regime de 40 horas semanais em Dedicção Exclusiva, na Área de Conhecimento/Disciplina: Cenografia/Desenho, do Departamento de Cenografia, do Centro de Letras e Artes (CLA), no qual foram aprovados os candidatos abaixo relacionados:

| COLOCAÇÃO | CANDIDATOS APROVADOS | NOTA FINAL |
|-----------|--------------------------------|------------------------------------|
| 1º Lugar | Julie Avila do Brasil Almeida | 8,9 (oito inteiros e nove décimos) |
| 2º Lugar | Francisco José Cabral Leocádio | 8,0 (oito inteiros) |
| 3º Lugar | André do Amaral Silva | 7,0 (sete inteiros) |

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data. (Processo nº 23102.004384/2022-19).

O Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas normas estatutárias e regimentais, em conformidade com o Artigo 21, incisos XIV e XIX do Regimento Geral, e considerando a disponibilidade de recursos previstos para o exercício de 2023; RESOLVE promulgar, *ad referendum* do Conselho Universitário (CONSUNI), a seguinte Resolução:

Nº 5.778, de 20.12.23 – Art. 1º Fica aprovado, EXCEPCIONALMENTE no mês de dezembro de 2023, o valor de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), para a Bolsa do Programa ProAfri. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIAS

Nº 977, de 15.12.23 – Art. 1º Designa ANA PAULA FERNANDES GOMES, matrícula SIAPE nº 13*40, como Coordenadora, e MARCELO CASTANHEIRA FERREIRA, matrícula SIAPE nº 11***40, como Vice-Coordenador, do Núcleo de Nutrição e Dietética Aplicada a Grupos Populacionais (NEDA) desta Universidade. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria GR nº 072, de 10/03/2022 e a Portaria GR nº 452, de 10/07/2023.**

Nº 978, de 18.12.23 – Art. 1º Dispensa MARIA FERNANDA RANGEL CHEHADI, matrícula SIAPE nº 32*08, CPF nº ***.746.***-80, ocupante do cargo de Administrador, na classe E, padrão de vencimento 202, da Função Gratificada (FG-2) de Recenseador Institucional, da Pró-Reitoria de Planejamento. Art. 2º Os efeitos desta Portaria retroagem a 30 de novembro de 2023.**

Nº 979, de 19.12.23 – Art. 1º Designa MÁRCIO AUGUSTO RIBEIRO FREITAS, matrícula SIAPE nº 12309, para a função de Gestor da parceria celebrada com a OSC PROMACOM, que tem por objeto o Projeto “Conferência Nacional da Juventude”, tratado no Processo SEI nº 23102.005641/2023-11. Art. 2º São atribuições do Gestor:**

- I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;**
- II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os detectados;**
- III - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59, da Lei nº 13.019/2014;**
- IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;**
- V - Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nº 980, de 19.12.23 – Art. 1º Designa ELIANE RIBEIRO ANDRADE, matrícula SIAPE nº 60*41, para a função de Coordenadora da parceria celebrada com a OSC PROMACOM, que tem por objeto o Projeto “Conferência Nacional da Juventude”, tratado no Processo SEI nº 23102.005641/2023-11. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.**

Nº 981, de 19.12.23 – Art. 1º Designa VICENTE AGUILAR NEPOMUCENO DE OLIVEIRA, matrícula SIAPE nº 18*47, para a função de Gestor da parceria celebrada com a OSC ONG CONTATO, que tem por objeto o Projeto “Estruturação do Programa de Saneamento Rural da Secretaria Nacional de Saneamento”, tratado no Processo SEI nº 23102.005111/2023-64. Art. 2º São atribuições do Gestor:**

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os detectados;

III - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59, da Lei nº 13.019/2014;

IV- Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

V - Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nº 982, de 19.12.23 – Art. 1º Designa JOSE RICARDO DA SILVA CEREJA, matrícula SIAPE nº 17*11, para a função de Coordenador da parceria celebrada com a OSC ONG CONTATO, que tem por objeto o Projeto “Estruturação do Programa de Saneamento Rural da Secretaria Nacional de Saneamento”, tratado no Processo SEI nº 23102.005111/2023-64. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.**

Nº 983, de 19.12.23 – Art. 1º Designa ELIANE RIBEIRO ANDRADE, matrícula SIAPE nº 60*41, para a função de Gestora da parceria celebrada com a OSC PROMACOM, que tem por objeto o Projeto “4ª Conferência Nacional de Cultura - 4ª CNC”, tratado no Processo nº 23102.005497/2023-12. Art. 2º São atribuições do Gestor:**

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os detectados;

III - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59, da Lei nº 13.019/2014;

IV- Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

V - Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nº 984, de 19.12.23 – Art. 1º Designa MÁRCIO AUGUSTO RIBEIRO FREITAS, matrícula SIAPE nº 12309, para a função de Coordenador da parceria celebrada com a OSC PROMACOM, que tem por objeto o Projeto “4ª Conferência Nacional de Cultura - 4ª CNC”, tratado no Processo nº 23102.005497/2023-12. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.**

Nº 985, de 21.12.23 – Art. 1º Dispensa ROSYANE TROTTA, matrícula SIAPE nº 21*17, CPF nº ***.697.***-00, ocupante do cargo efetivo de Professora do Magistério Superior, Associada, nível 04, da Função Gratificada (FG-1) de Chefe do Departamento de Direção Teatral, do Centro de Letras e Artes. Art. 2º Designa MOACIR EDUARDO CHAVES, SIAPE nº 23***78, CPF nº ***.892.***-91, ocupante do cargo efetivo de Professor do Magistério Superior, Associado, nível 03, para exercer a Função Gratificada (FG-1) de Chefe do Departamento**

de Direção Teatral, do Centro de Letras e Artes. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação em D.O.U.

Nº 986, de 21.12.23 – Art. 1º Designa LUIS GUSTAVO DE MIRANDA, matrícula SIAPE nº 11*36, CPF nº ***.515.***-07, ocupante do cargo de Bibliotecário-Documentalista, padrão E-406, para substituir o Titular da Direção da Biblioteca Central (CD-4), em seus impedimentos legais e/ou eventuais, no período de 15/01/2024 a 03/02/2024. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.**

Nº 987, de 21.12.23 – Art. 1º Designa FRANCISCO JOSE DE FREITAS, matrícula SIAPE nº 3915, CPF nº ***.383.***-20, ocupante do cargo efetivo de Professor de Magistério Superior, Associado, nível 02, para substituir o Titular do Departamento de Homeopatia e Terapia Complementar, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, em seus impedimentos legais e/ou eventuais. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.**

Nº 988, de 21.12.23 – Art. 1º Designa ERICA ROSSI GARCIA, matrícula SIAPE nº 12*30, como representante Titular do HUGG, e ROBERTA OLIVEIRA FERREIRA, matrícula SIAPE nº 12***03, como Suplente do representante da ASUNIRIO, para comporem o Grupo de Trabalho (GT PGD/Teletrabalho), designado pela Portaria GR nº 824, de 30/10/2023. Art. 2º Prorroga por mais 45 dias, a partir de 31/12/2023, a apresentação do Pré-Projeto ao Reitor. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.**

Nº 989, de 21.12.23 – Art. 1º Outorga mandato de 01 (um) ano à Discente MARIA EDUARDA PIMENTAL ALVES DE MORAIS, matrícula nº 202***007, como representante titular do Diretório Central dos Estudantes (DCE) junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Art. 2º Esta Portaria retroage a 15 de dezembro de 2023.**

Nº 990, de 21.12.23 – Art. 1º Designa os Servidores infra como Fiscais do Termo de Contrato nº 04/2023 – Processo nº 23102.002059/2022-11, firmado entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a empresa AMBSERV TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA. - CNPJ: 07.067.001/0001-00:

I - David de Souza Borges, matrícula SIAPE nº 39*1 - Fiscal Setorial Instituto Biomédico;**

II - Yago Domingues Ramos, matrícula SIAPE nº 33*86 - Fiscal Setorial Instituto Biomédico;**

III - Marcelo Miranda Cunha, matrícula SIAPE nº 11*42 - Fiscal Setorial Instituto de Biociências;**

IV - Marcelo Emílio dos Santos Campagner Brillantino, matrícula SIAPE nº 33*64 -Fiscal Setorial Escola de Nutrição;**

V - David de Souza Borges, matrícula SIAPE nº 39*1 - Fiscal Administrativo;**

VI - Marcelo Miranda Cunha, matrícula SIAPE nº 11*42 - Fiscal Administrativo.**

Parágrafo único. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, provenientes das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administrativa, pertencentes aos Grupos A - Infectantes (Resíduos com a possível presença de agentes biológicos), B – Químicos e Quimioterápicos (Resíduos químicos, incluindo lâmpadas, pilhas e baterias) e E - Perfurocortantes (Materiais perfurocortantes), dos Laboratórios e Área Administrativa, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, com fornecimento dos recipientes para o acondicionamento dos referidos resíduos, em número suficiente para o armazenamento interno e externo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e Instrumento Contratual, com validade de 12(doze) meses.

Art. 2º Ao Fiscal Setorial caberá as seguintes atribuições (§ 1º, Art. 67):

I. Participar das reuniões inicial, de trabalho e de conclusão da execução contratual;

II. Verificar se, na prestação de serviço, a especificação, valor unitário ou total, a quantidade e prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

III. Anotar, em processo específico, quando autuado para esse fim, todas as ocorrências relativas à execução do contrato;

IV. Registrar e informar ao Fiscal Administrativo as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato;

V. Manifestar-se acerca de solicitação da contratada para prorrogação da execução/entrega do objeto contratual sobre os seguintes itens:

a) existência de interesse na continuidade de execução dos serviços;

b) eventuais prejuízos causados à UNIRIO em razão do atraso e do prazo de prorrogação a ser concedido, quando for o caso; e

c) fatos supervenientes que justifiquem a prorrogação de prazos de execução dos serviços;

VI. Submeter ao Fiscal Administrativo a manifestação de prorrogação sobre a execução/entrega do objeto contratual com vistas à deliberação do Ordenado de Despesa;

VII. Receber provisoriamente os serviços de acordo com as regras contratuais;

VIII. Propor a revisão de valores a serem pagos à contratada e registrar em relatório a ser encaminhado ao Fiscal Administrativo, quando, por exemplo:

a) não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar, com a qualidade mínima exigida, as obrigações contratadas; e

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à pactuada;

IX. Apresentar relatórios que subsidiem o ateste da nota fiscal pelo Fiscal Administrativo;

X. Informar ao Fiscal Administrativo eventual incapacidade técnica da empresa na execução contratual;

XI. Propor ao Fiscal Administrativo, na hipótese de descumprimento contratual, a aplicação de sanções à contratada de acordo com as regras estabelecidas no ato convocatório e/ou contrato;

XII. Elaborar, quando exigido, relatórios, laudos e pareceres das atividades de fiscalização setorial da execução do contrato; e

XIII. Desenvolver outras atribuições oriundas das cláusulas e especificidades contratuais.

Art. 3º Ao Fiscal Administrativo caberá as seguintes atribuições:

I. Participar das reuniões iniciais, de trabalho e de conclusão da execução contratual;

II. Manter o cadastro atualizado do Preposto, oficialmente, indicado pela Contratada;

III. Organizar arquivos específicos para acompanhar a execução e fiscalização do contrato e registrar as ocorrências que impactem a execução do contrato;

IV. Manter organizada no início e durante a vigência cópia do contrato e suas alterações, devendo informar à GECON as pendências constatadas;

V. Analisar, juntamente com o Fiscal Setorial, os documentos apresentados para pagamento, conferi-los com as condições estabelecidas no contrato e atestar a Nota Fiscal ou enviar notificação para contratada para regularização de impropriedade constatada;

VI. Devolver, mediante justificativa e notificação formal, nota fiscal apresentada pela contratada quando for observada irregularidade que inviabilize o ateste e pagamento do serviço prestado;

VII. Acompanhar os resultados alcançados quanto à execução da obrigação do contrato para receber e atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento, após conferência completa da documentação exigida no contrato;

VIII. Controlar os pagamentos efetuados em ordem cronológica e observar o saldo do contrato com auxílio da unidade de orçamento;

IX. Encaminhar o processo de contratação à GECON, quando houver solicitação de repactuação, reajuste, reequilíbrio, acréscimos/supressões e prorrogação, observado o prazo de vigência contratual;

X. Propor à GECON, quando terminar a vigência do contrato e desde que não haja pendência, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, se for o caso;

XI. Receber definitivamente, mediante recibo, no prazo estabelecido no edital os serviços contratados (b, I, Art. 73);

XII. Realizar, em conjunto com a Gerência de Controle de Contratos e Convênios (GECON) e o Fiscal Setorial, pesquisa de mercado visando à comprovação da vantagem econômica da contratação, na periodicidade prevista no contrato;

XIII. Instruir e submeter à GECON o pedido de prorrogação contratual, mediante a juntada da documentação que habilitou a contratada devidamente atualizada, bem como da pesquisa de mercado e avaliação dos resultados obtidos que comprovem a necessidade e a vantagem econômica da contratação; e
XIV. Informar à GECON a execução dos saldos empenhados.

Art. 4º A GECON, ante a constatação de descumprimento desta Portaria, deve comunicar o fato à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis. Art. 5º. Ratifica que os servidores nomeados foram expressamente cientificados da indicação estabelecida nesta Portaria, bem como de suas respectivas atribuições, bem como encaminhar através de e-mail Institucional, aos Servidores, para ciência, as Portarias devidamente assinadas. Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as Portarias GR nºs 728 e 729, de 26/09/2023.

Nº 991, de 22.12.23 – Art. 1º Retifica, em parte, a Portaria GR nº 723, de 22 de setembro de 2023, que autoriza o afastamento do país, com ônus limitado, da servidora DANIELE ACHILLES DUTRA DA ROSA, ocupante do cargo de Professora Associada, matrícula SIAPE nº 17***, CPF nº ***.405.347-**, no período 25 a 28 de outubro de 2023, incluindo trânsito, para participar do evento VI Congresso ISKO España-Portugal na *Universidad Complutense de Madrid*, em Madrid, na Espanha. Onde se lê: “no período 25 a 28 de outubro de 2023, incluindo trânsito”, Leia-se: “no período 26 a 28 de outubro de 2023, incluindo trânsito”. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data. (Processo nº 23102.004217/2023-41).**

Nº 992, de 26.12.23 – Art. 1º Declara vago o cargo de Engenheiro-Área, pertencente ao quadro de pessoal desta Universidade, anteriormente ocupado por KATERINE MORAES DOS SANTOS, matrícula SIAPE nº 1730145, em decorrência de posse em cargo público não acumulável, conforme item VIII, do artigo 33, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 2º Os efeitos desta portaria retroagem a 18 de dezembro de 2023. (Processo nº 23102.005791/2023-16).

Nº 993, de 27.12.23 – Art. 1º Designa MICHEL CARLOS MOCELLIN, matrícula SIAPE nº 30*34, para a função de Coordenador da parceria celebrada com a OSC CEPESC, que**

tem por objeto o Projeto “CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR (CECANE-UNIRIO)”, tratado no Processo SEI nº 23102.005174/2023-11. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nº 994, de 28.12.23 – Art. 1º Retifica, em parte, a Portaria GR nº 960, de 6 de dezembro de 2023, publicada no D.O.U. em 11 de dezembro de 2023, que trata da cessão da servidora MARIA CELIA TEIXEIRA BARBOSA, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro-área, matrícula SIAPE nº 14***05, pertencente ao Quadro de Pessoal da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), para receber por cargo em comissão, código GF 0027, no cargo de Chefe da Unidade de Ambulatório da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), nos termos do contrato firmado entre aquele órgão e esta Instituição Federal de Ensino Superior, e com base no Artigo 93, Inciso I, da Lei 8112, de 11 de Dezembro de 1990, com nova redação dada pelo Artigo 22 da Lei 8270, de 17 de Dezembro de 1991, e em conformidade com o Decreto nº 9144, de 22 de Agosto de 2017, onde se lê “ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem”, leia-se “ocupante do cargo de Enfermeiro-área”. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data. (Processo nº 23102.005647/2023-80).

REPÚBLICA-SE, por erro de conteúdo, a Portaria:

Nº 943, de 28.11.23 – Art. 1º Retifica, em parte, a Portaria GR nº 933, de 23 de novembro de 2023, que trata da substituição de chefia de ALAN GONÇALVES ROCHA DA SILVA publicada no Diário Oficial da União edição nº 224, seção 2, página 37, em 27 de novembro de 2023, nos seguintes termos. Onde se lê: “padrão D-408”, leia-se: “padrão D-404”. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

*

ATOS DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PORTARIA:

Nº 036, de 21.12.23 – Art. 1º - Designa os Docentes: TIAGO JULIANO (SIAPE 1045641 - Presidente) e IZABEL CRISTINA AUGUSTO

DE SOUZA FARIA (SIAPE 1997686); as Técnicas Administrativas: ÉRICA SALES DE CARVALHO (SIAPE 1483952) e JAQUELINE APARECIDA VALIM (SIAPE 1903331); e os Discentes: JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR (Matrícula 20231371025) e RAYSSA DA SILVA MARINHO (Matrícula 20231371028) para comporem a Comissão Interna de Autoavaliação do Curso de Bacharelado em Turismo, da Escola de Turismo, do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH) da UNIRIO. Art. 2º - Os efeitos desta Portaria entram em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

*

ATOS DA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO

PORTARIAS:

Nº 169, de 18.12.23 – Art. 1º Designa FERNANDO ROCHA PORTO, SIAPE nº 1289960; SONIA REGINA DE SOUZA, SIAPE nº 1194713 e JOANIR PEREIRA PASSOS, SIAPE nº 397962; para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Reconhecimento de Diplomas Stricto Sensu obtidos no exterior, no âmbito da Plataforma Carolina Bori, do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde desta Universidade. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno da UNIRIO, e revoga as disposições contrárias.

Nº 170, de 18.12.23 – Art. 1º Designa os docentes TITULARES: MARCOS LUIZ CAVALCANTI DE MIRANDA (Presidente) – SIAPE nº **879, KELLY CASTELO BRANCO DA SILVA MELO – SIAPE nº **274**, MARCIA FEIJÃO DE FIGUEIREDO – SIAPE nº **421** e SUPLENTES: SIMONE BORGES PAIVA OKUZONO – SIAPE nº **011**, DAYANNE DA SILVA PRUDÊNCIO – SIAPE nº **332** e CARLOS ALBERTO FERREIRA – SIAPE nº **027** para compor a comissão de seleção ---- os docentes TITULARES: SIMONE DA ROCHA WEITZEL (Presidente) – SIAPE nº **003**, CLÁDICE NÓBILE DINIZ – SIAPE nº **001** e DANIELE ACHILLES DUTRA DA ROSA – SIAPE nº **055** para compor a comissão de recursos do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, concernente ao Concurso de**

Seleção Discente - Turma 2024, desta Universidade. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno da UNIRIO e revoga as disposições em contrário.

Nº 171, de 19.12.23 – Art. 1º Dispensa SUSANA CESCO, matrícula SIAPE nº **755, da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória, da UNIRIO. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Boletim Interno da UNIRIO.**

Nº 172, de 19.12.23 – Art. 1º Designa FLÁVIO LIMONCIC, matrícula SIAPE nº **226, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória, da UNIRIO. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Boletim Interno da UNIRIO.**

Nº 173, de 19.12.23 – Art. 1º Dispensa FLÁVIO LIMONCIC, matrícula SIAPE nº **226, da condição de substituto eventual da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória, da UNIRIO. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Boletim Interno da UNIRIO.**

Nº 174, de 19.12.23 – Art. 1º Designa VERA LÚCIA BOGÉA BORGES, matrícula SIAPE nº **501, substituta eventual da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória, da UNIRIO. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Boletim Interno da UNIRIO.**

Nº 175, de 19.12.23 – Art. 1º Designa VERA LÚCIA BOGÉA BORGES, matrícula SIAPE nº **501, substituta eventual da Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da UNIRIO. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Boletim Interno da UNIRIO.**

Nº 176, de 21.12.23 – Art. 1º Designa os docentes TITULARES: RICARDO FELIPE ALVES MOREIRA (Presidente) – SIAPE nº **055, ANDERSON JUNGER TEODORO – SIAPE nº 990****, ANA ELISABETH CAVALCANTE FAI – SIAPE nº *****008, ELLEN MAYRA MENEZES AYRES – SIAPE nº **049** e SUPLENTES: CARLOS FERNANDO ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA – SIAPE nº **558** e OTNIEL FREITAS SILVA – SIAPE nº *****007 para compor a comissão de seleção ---- as docentes TITULARES: ÉDIRA CASTELLO BRANCO DE ANDRADE GONÇALVES**

(Presidente) – SIAPE nº **851*, Cristina Yoshie Takeiti – SIAPE nº ***006, SIMONE AUGUSTA RIBAS – SIAPE nº **787** e SUPLENTE: MARIANA SIMÕES LARRAZ FERREIRA – SIAPE nº **986** para compor a comissão de recursos do Programa de Pós-Graduação em Alimentos e Nutrição, concernente ao Concurso de Seleção Discente - Turma 2024, desta Universidade. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno da UNIRIO e revoga as disposições em contrário.**

Nº 177, de 22.12.23 – Art. 1º Designa os docentes TITULARES: JOEL CAMPOS DE PAULA – SIAPE nº **207, DIMILA MOTHÉ CORDEIRO DOS SANTOS – SIAPE nº ****309, CAMILA MAISTRO PATREZE – SIAPE nº **658*, MAURÍCIO ROMULO FERNANDES – SIAPE nº **366** e SUPLENTES: ANDREA FURTADO MACEDO – SIAPE nº **990** e PIERRE PHILIPPE BELART BRANDÃO DIAS – CPF nº **.387.***-** para compor a comissão de seleção do curso de mestrado ---- os docentes TITULARES: MARCOS DE SOUZA LIMA FIGUEIREDO – SIAPE nº ****037, FABIANO SALGUEIRO – SIAPE nº **732** , LAZARO LUIZ MATTOS LAUT – SIAPE nº **955**, DAVOR VRCIBRADIC – SIAPE nº **773** e IGOR CHRISTO MIYAHIRA – SIAPE nº **524** e SUPLENTES: RAQUEL DE ALMEIDA FERRANDO NEVES – SIAPE nº **797**, MARIA LUCIA LORINI – SIAPE nº **931** e LUCIANO NEVES DOS SANTOS – SIAPE nº **150** para compor a comissão de seleção do curso de doutorado ---- os docentes TITULARES: SILVIA MATTOS NASCIMENTO – SIAPE nº **288**, FÁBIO VERISSIMO CORREIA – SIAPE nº **074** e TATIANA FABRICIO MARIA – SIAPE nº **497** para compor a Comissão de Recursos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas, concernente ao Concurso de Seleção Discente - Turma 2024, desta Universidade. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno da UNIRIO.**

Nº 178, de 26.12.23 – Art. 1º Dispensa LUIZA CORRAL MARTINS DE OLIVEIRA PONCIANO, matrícula SIAPE nº **977, da condição de substituta eventual da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Boletim Interno da UNIRIO.**

Nº 179, de 26.12.23 – Art. 1º Designa MARIA AMALIA SILVA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula SIAPE nº **505, substituta eventual da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Boletim Interno da UNIRIO.**

Nº 180, de 26.12.23 – Art. 1º Dispensa LUIZA CORRAL MARTINS DE OLIVEIRA PONCIANO, matrícula SIAPE nº **977, da condição de substituta eventual da Coordenação do Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Boletim Interno da UNIRIO.**

Nº 181, de 26.12.23 – Art. 1º Designa MARIA AMALIA SILVA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula SIAPE nº **505, substituta eventual da Coordenação do Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Boletim Interno da UNIRIO.**

*

Publicam-se em anexo

- *Instrução Normativa AC nº 14/2023.*
- *Ofício nº 032/2023/CE UNIRIO – Designação de Defensor Dativo.*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Arquivo Central

INSTRUÇÃO NORMATIVA AC Nº 14, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a publicação da Cartilha sobre a LGPD no âmbito da UNIRIO.

A Diretora do Arquivo Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no uso das atribuições regimentais, que lhe confere a Portaria GR nº 407, de 30 de junho de 2023, na pessoa de sua Substituta, conforme a Portaria GR nº 449, de 07 de julho de 2023, a Resolução UNIRIO nº 3693, de 19 de agosto de 2011 e a Resolução nº 815 de 20 de dezembro de 1990,

Considerando o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;

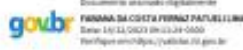
Considerando a Lei nº 3.853, de 8 de julho de 2019, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

Considerando a Portaria GR Nº 801, de 06 de outubro de 2023 que designou a Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais na UNIRIO e sua Suplente, com o objetivo de atuar como canal de comunicação entre instituição, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD),

RESOLVE:

Art. 1º Publicar a Cartilha sobre a LGPD.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Boletim da UNIRIO.



Fabiana da Costa Ferraz Patueli Lima

por

Isabela Costa da Silva

Diretora do Arquivo Central da UNIRIO

Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais da UNIRIO

CCD: 010.01

— LGPD NA UNIRIO

Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro

Cartilha sobre a LGPD

2023

Versão 01

Cartilha sobre a LGPD

FICHA TÉCNICA

Coordenação Técnica

Isabela Costa da Silva (Encarregada de Dados Pessoais da Unirio, Portaria Unirio GR nº 801, de 06/10/2023)

Paula Cotrim de Abrantes

Redação

Paula Cotrim de Abrantes

1ª Revisão técnica (2022)

Anna Carla Almeida Mariz

Fabiana da Costa Ferraz Patueli Lima

Jaqueline Wenderrosky José Lopes Veloso

Paula Cotrim de Abrantes

2ª Revisão técnica (2023)

Fabiana da Costa Ferraz Patueli Lima

Mariana Buarque Araújo

Isabela Costa da Silva

Diagramação

Brenda Cristine de Jesus Miranda

Controle de versão pública

1ª versão em dezembro de 2023

U58 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Central. Cartilha sobre a LGPD / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Central; [Coordenação técnica : Isabela Costa da Silva, Paula Cotrim de Abrantes]. – Rio de Janeiro : UNIRIO, 2023.

1 E-book (31 p.): il.

Bibliografia: p. 30-31.

1. Brasil. [Lei geral de proteção de dados pessoais (2018)].
2. Proteção de dados - Legislação - Brasil. 3. Direito à privacidade. I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Central. II. Silva, Isabela Costa da. III. Abrantes, Paula Cotrim de. IV. Título.

CDD – 342.810858

Cartilha sobre a LGPD

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Ações pertinentes ao tratamento de dados pessoais | 7 |
| Figura 2 - Dados pessoais: pessoa identificada e identificável | 12 |
| Figura 3 - Tipos de dados | 14 |
| Figura 4 - Forma e agentes sujeitos à responsabilização | 23 |

Cartilha sobre a LGPD

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos instâncias e prazos para os direitos de titulares 10

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 7 |
| 1.1 CONHECENDO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) | 7 |
| 1.2 O PÚBLICO ALVO | 9 |
| 2. SOBRE QUAIS DADOS PESSOAIS ESSA LEI NÃO SE APLICA | 10 |
| 3. O QUE A LGPD CONSIDERA DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS | 12 |
| 4. O QUE É DADO ANONIMIZADO | 13 |
| 5. QUEM SÃO AS PESSOAS ENVOLVIDAS NO TRATAMENTO DOS DADOS | 14 |
| 6. O QUE A LGPD CONSIDERA TRATAMENTO DE DADOS | 15 |
| 7. O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS | 16 |
| 8. O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR ÓRGÃOS DE PESQUISA | 17 |
| 9. OS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS | 18 |
| 10. AS REGRAS ATINENTES AO PODER PÚBLICO | 19 |
| 10.1 O COMPARTILHAMENTO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 20 |
| 10.2 A TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS | 22 |
| 11. AS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO | 23 |
| 12. AS PENALIDADES NO DESCUMPRIMENTO DA LGPD | 25 |
| 13. A LGPD QUANTO À SEGURANÇA E AO SIGILO DOS DADOS | 26 |
| 14. RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD | 27 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 28 |

Cartilha sobre a LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, foi aprovada em agosto de 2018 no Brasil. Ela foi alterada pela Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019. A LGPD alterou normas para a coleta e o tratamento de dados pelo setor público e privado. Tem como objetivo garantir a privacidade e a proteção de dados pessoais. A sua função está relacionada à criação de normas para a coleta e o tratamento de dados.

A meta desta Lei é garantir a privacidade e a proteção de dados pessoais, obedecendo ao princípio constitucional da inviolabilidade à privacidade, previsto no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB): “X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Além de estimular a transparência na relação entre pessoas físicas e jurídicas.

Saiba quais são os princípios norteadores da LGPD, conforme o seu artigo 6º:

- **Finalidade:** realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- **Adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- **Necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- **Livre acesso:** garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, e sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- **Qualidade dos dados:** garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- **Transparência:** garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

Cartilha sobre a LGPD

- **Segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- **Prevenção:** adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- **Não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- **Responsabilização e prestação de contas:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

A LGPD se fundamenta nos seguintes aspectos, de acordo com uma interpretação do SEBRAE (2019) sobre a lei:

- no respeito à privacidade;
- na autodeterminação informativa;
- na liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- na inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- no desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- na livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- nos direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

1.2 O PÚBLICO ALVO

De acordo com o artigo 3º da LGPD, esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que preserve referência ao **território nacional** quanto:

- à operação de tratamento;

Cartilha sobre a LGPD

- à localidade dos indivíduos sobre o qual a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados;
- à coleta dos dados pessoais objeto do tratamento.

O titular dos dados pessoais poderá recorrer administrativamente ou judicialmente em qualquer tempo acerca do tratamento e segurança de seus dados, conforme o quadro abaixo:

| Quadro 1 - Resumo das instâncias e prazos para os direitos de titulares | |
|---|------------------------------------|
| A quem recorrer? | Ao controlador |
| | À ANDP |
| | Aos órgãos de defesa do consumidor |
| | Poder Judiciário |
| Como recorrer? | Individualmente |
| | Coletivamente |
| Os prazos: | Se simples, imediatamente. |
| | Se completo, 15 dias corridos. |

2. SOBRE QUAIS DADOS PESSOAIS ESSA LEI NÃO SE APLICA

A LGPD não se aplicará ao tratamento de dados pessoais nos seguintes casos, conforme seu artigo 4º:

- realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;
- realizado para fins exclusivamente: jornalístico e artísticos; ou acadêmicos (art. 7 e 11/LGPD).

Cartilha sobre a LGPD

- realizado para fins exclusivos de: segurança pública; defesa nacional; segurança do Estado; atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD.

O artigo 7º da LGPD diz que o tratamento de dados pessoais, além daqueles com consentimento do seus titulares, poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- pela administração pública, visando a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios;
- para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- quando necessário para a execução de contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias;
- para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecer direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;
- para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

Nas hipóteses acima a instituição não poderá deixar de resguardar os direitos dos titulares e observar os princípios da LGPD.

Cartilha sobre a LGPD

FIQUE ATENTO!

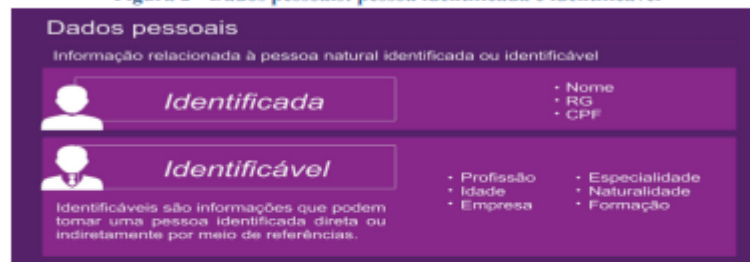
O propósito do tratamento de dados pessoais como acesso público deve considerar a **finalidade, a boa fé e o interesse público** (art. 7, §3 da LGPD).

3. O QUE A LGPD CONSIDERA DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

A Lei considera que são dados pessoais as informações que possam identificar uma pessoa de forma direta ou indireta. Exemplos de dados pessoais que, sobretudo, quando conjugados podem identificar uma pessoa: nome, sobrenome, data de nascimento, CPF, RG, número da CNH, número da carteira de trabalho, número do passaporte, número do título de eleitor.

Com relação a isso, a LGPD indica que, de acordo com o dado, uma pessoa natural pode ser identificada ou identificável. Veja na imagem a seguir alguns exemplos:

Figura 2 - Dados pessoais: pessoa identificada e identificável



Fonte: SEBRAE (2019, p. 6)

E, quais seriam dados pessoais sensíveis? A Lei considera dado pessoal sensível tudo o que diga a respeito a:

Cartilha sobre a LGPD

- Convicção religiosa;
- Dado genético ou biométrico de uma pessoa natural;
- Dado referente à saúde ou à vida sexual;
- Dados relacionados a políticas direcionadas a minorias;
- Filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político;
- Opinião política;
- Origem racial ou étnica;
- Sistemas de identificação biométrica.

DADOS DE MENORES DE IDADE - ATENÇÃO!

O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por ao menos um dos pais ou pelo responsável legal.

Crianças - até 12 anos de idade

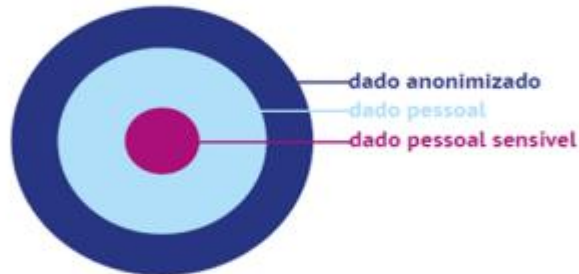
Adolescentes - 13 a 17 anos de idade

4. O QUE É DADO ANONIMIZADO?

É um dado que não identifica seu titular, ele não será entendido como dado pessoal na LGPD. No entanto, se o dado deixar de ser anonimizado, ele será protegido pela lei. Para um dado ser anonimizado, deve ser garantido a sua desvinculação a uma pessoa, quando isso não for garantido, o dado estará sujeito a LGPD.

Cartilha sobre a LGPD

Figura 3 - Tipos de dados



Fonte: ITS (2019, p. 13)

5. QUEM SÃO AS PESSOAS ENVOLVIDAS NO TRATAMENTO DOS DADOS

De acordo com o artigo 5º da LGPD, os responsáveis pelo tratamentos dos dados são definidos da seguinte forma:

- **Titular:** pessoa natural identificada ou identificável, a quem se referem os dados pessoais;
- **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- **Encarregado:** pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- **Agentes de tratamento:** o controlador e o operador.

Cartilha sobre a LGPD

O QUE É A ANPD?

A ANPD, conforme seu *site*¹ institucional e as legislações pertinentes, foi criada pela Medida Provisória nº 869/2018 que foi convertida na Lei nº 13.853/2019. A estrutura atual da ANPD é regulada pelo Decreto nº 10.474/2020. Mas, só a partir da nomeação de seu Diretor-Presidente em 06/11/2020 no Diário Oficial da União (DOU) que efetivamente o órgão iniciou suas atividades.

É um órgão atualmente pertencente à administração pública federal direta, com natureza jurídica transitória, integrante da Presidência da República. A ANPD atua como órgão central de interpretação da LGPD e do estabelecimento de normas e diretrizes para a sua implementação, por isso é previsto a garantia de autonomia técnica e decisória. Isto quer dizer que ANPD será responsável pela regulação de metodologia para tratamento de dados pessoais no território nacional.

6. O QUE A LGPD CONSIDERA TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento, neste caso, é toda operação automatizada ou não realizada com dados pessoais, como as que se referem a: **coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.**

Tais operações podem ser agrupadas em cinco fases a serem observadas, conforme o *Guia de boas práticas: Lei Geral de Proteção de Dados* (2020, p. 44-45):

1- Coleta do dado: obtenção, recepção ou produção;

¹ANPD (*site*). Disponível em: <<https://www.gov.br/anpd/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes-2013-anpd/#<3>>>. Acesso em: set. 2021.

Cartilha sobre a LGPD

2- Retenção do dado: arquivamento ou armazenamento;

3-Processamento do dado: classificação, utilização, reprodução, processamento, avaliação ou controle da informação, extração e modificação

4-Compartilhamento do dado: reprodução, transmissão, distribuição, comunicação, transferência, difusão;

5- Eliminação do dado: descarte programado (quando a informação não estiver vinculada a documento de guarda permanente).

7. O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS

O tratamento de dados sensíveis só poderá ocorrer nas hipóteses do artigo 11 da LGPD:

- quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
- sem fornecimento de consentimento do titular;

FIQUE ATENTO!

Os dados referentes à saúde não podem ser compartilhados entre operadores com o objetivo de obter vantagem econômica ou para efeitos de análise de risco entre operadoras de serviço de saúde (art. 11/LGPD).

- nas hipóteses em que for indispensável para:
 - ⊕ cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
 - ⊕ tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas;
 - ⊕ realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;

Cartilha sobre a LGPD

- ☛ exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
- ☛ tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- ☛ garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

8. O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR ÓRGÃOS DE PESQUISA

Podemos inferir do artigo 13 da LGPD os seguintes parâmetros para compor a metodologia no tratamento de dados pessoais em produções ou pesquisas científicas:

- a divulgação dos resultados ou de qualquer estudo ou da pesquisa, nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais;
- o órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro.

PSEUDONIMIZAÇÃO:

Para efeitos legais, em tais pesquisas/ações científicas, conceitua-se a pseudonimização como tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro (art. 3, §4/LGPD).

9. OS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Os direitos dos titulares de dados estão dispostos explicitamente entre os artigos 17 e 22 da LGPD. No disposto do artigo 18, por exemplo, os titulares dos dados pessoais podem em qualquer momento solicitar:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;
- portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da ANPD, observados os segredos comercial e industrial;
- eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;
- informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- revogação do consentimento:
 - ☛ o titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a ANPD;
 - ☛ o titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto nesta Lei;
 - ☛ os direitos previstos neste artigo serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído a agente de tratamento.

Cartilha sobre a LGPD

Estas ações são possíveis porque a toda pessoa natural é garantido a titularidade sobre os seus próprios dados pessoais e a garantia dos seguintes direitos fundamentais: liberdade, intimidade e privacidade, conforme o artigo 17 da LGPD.

Observa-se ainda que o titular dos dados poderá solicitar revisão de decisões tomadas por meio de tratamento automatizado de seus dados pessoais, incluindo o Poder Judiciário, de acordo com os artigos 20 e 22 da LGPD. E os dados pessoais referentes a exercício de direitos nunca poderão ser utilizados em prejuízo do seu titular, tendo em vista o disposto no artigo 21 da LGPD.

FIQUE ATENTO!

Uma vez requisitada a confirmação da existência de tratamento de dados pessoais pelo seu titular a um organismo, a resposta deverá ser realizada de forma simplificada (imediatamente) ou completa (em 15 dias corridos) de forma impressa ou eletrônica, a critério do titular do dado pessoal (art. 19/LGPD).

10. AS REGRAS ATINENTES AO PODER PÚBLICO

De acordo com o artigo 23 da LGPD, o tratamento de dados pessoais realizado por pessoa jurídica de direito público deverá ser realizado atendendo à sua finalidade pública e à persecução do interesse público nos seguintes termos:

- sejam informadas as hipóteses em que realizam o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos;
- seja indicado um encarregado quando realizarem operações de tratamento de dados pessoais.

Cartilha sobre a LGPD

VOCÊ SABIA QUE...

São considerados pessoa jurídica de direito público para efeitos da LGPD o disposto na Lei 12.527/2011 (LAI):

- os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;
- as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Excetuam-se as empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, amparadas pelo art. 173/CRFB, e que não estiverem operacionalizando ou executando políticas públicas (art. 24/LGPD).

O registro sobre as ações, incluindo metodologia, relacionadas ao tratamento de dados pessoais realizadas pelo controlador e o operador devem ser registradas, conforme o artigo 37 da LGPD.

10.1 O COMPARTILHAMENTO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os dados pessoais tratados no âmbito da execução de políticas públicas, da prestação de serviços públicos, da descentralização da atividade pública e da disseminação e do acesso das informações pelo público em geral deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, conforme o artigo 25 da LGPD.

Observando que o compartilhamento de dados pessoais pelo Poder Público deverá atender os seguintes pontos do artigo 26 da LGPD:

- as finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas.

Cartilha sobre a LGPD

- à vedação de transferência de dados pessoais constantes de suas bases de dados para entidades privadas.

Todavia, são exceções quanto à vedação de transferência de dados pessoais os seguintes casos (art. 26/LGPD):

- de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado
- de previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
- na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades.

Observa-se que a comunicação e uso compartilhado de dados pessoais exigem a aquiescência do titular do dado e, assim como os contratos e aos convênios mencionados, devem ser comunicados à ANPD.

RECORDANDO...

São exceções para o tratamento de dados pessoais, incluindo o compartilhamento de dados os seguintes artigos da LGPD:

art. 23, I: Quando inerentes ao exercício de suas competência não deixem de informar de forma clara e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso);

art.26, §1: Quanto às exceções já citadas à vedação de compartilhamento de dados pessoais do Poder Público com entidades privadas);

art. 7, § 4º: Quanto à dispensada à exigência do consentimento previsto no art. 7 para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos na LGPD).

Cartilha sobre a LGPD

10.2 A TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

O artigo 33 da LGPD prediz que a transferência internacional de dados somente é permitida nas seguintes situações:

- para países ou organismos internacionais que protejam os dados pessoais;
- quando o controlador demonstrar que segue a LGPD em cláusulas contratuais específicas e em normativas globais, seja em selos, certificados e códigos de conduta;
- quando for necessária a transferência por motivo de cooperação jurídica internacional, seja em entidades públicas de inteligência ou de investigação, de acordo com regulamentos do direito internacional;
- quando a transferência ocorrer para proteger a vida do titular ou do terceiro;
- quando houver autorização da autoridade nacional;
- quando foi assumido um acordo internacional para transferência dos dados;
- quando houve necessidade da transferência por motivo de execução de política pública ou atribuição legal do serviço público;
- quando a transferência for necessária para a execução de política pública ou atribuição legal do serviço público;
- quando o titular tiver dado expressa autorização para essa transferência;
- quando for preciso para atender outras cláusulas da LGPD.

Observa-se também que no parágrafo único do artigo 33 da LGPD que as pessoas jurídicas de direito público “[...] no âmbito de suas competências legais, e responsáveis, no âmbito de suas atividades, poderão requerer à autoridade nacional a avaliação do nível de proteção a dados pessoais conferido por país ou organismo internacional”.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS NA NUVEM

O simples uso de um serviço de armazenamento de dados em um servidor na nuvem

Cartilha sobre a LGPD

pode ensejar uma transferência internacional de dados. Assim, é importante que haja uma revisão de todos os serviços informáticos utilizados, a fim de evitar uma transferência internacional de dados em desconformidade com o que prevê a LGPD, ensejando a aplicação de sanções por parte da Autoridade Nacional (ITS, 2019, p. 27).

11. AS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO

Foram consideradas responsabilidades no tratamento do dado pessoal pelo Poder Público, conforme os artigos 31 e 32 da LGPD, respectivamente:

- Quando houver infração à LGPD em decorrência do tratamento de dados pessoais por órgãos públicos, a ANPD poderá enviar informe com medidas cabíveis para fazer cessar a violação;
- A ANPD poderá solicitar a agentes do Poder Público a publicação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais e sugerir a adoção de padrões e de boas práticas para os tratamentos de dados pessoais pelo Poder Público.

Figura 4 - Forma e agentes sujeitos à responsabilização



Fonte: ITS apud ENAP (2019)

Cartilha sobre a LGPD

Quanto à responsabilização e o ressarcimento de danos, o artigo 42 dispõe no seu caput que: “O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo”.

E com a finalidade de assegurar a indenização devida ao titular:

- o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador;
- os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 da LGPD.

Na disputa judicial, ainda de acordo com o artigo 42:

- O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, em casos específicos; (ler o artigo completo na lei);
- As ações de reparação por danos coletivos podem ser exercidas coletivamente em juízo;
- Aquele que reparar o dano ao titular tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida de sua participação no evento danoso.

**QUANDO OS AGENTES DE TRATAMENTO NÃO SERÃO
RESPONSABILIZADOS?**

Quando provarem:

- que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído;
- que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados;

Cartilha sobre a LGPD

- que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro (art. 43/LGPD).

12. AS PENALIDADES NO DESCUMPRIMENTO DA LGPD

O rol de penalidades se constitui das seguintes ações, conforme o artigo 52 da LGPD:

- advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- corretivas;
- multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (Setor Privado)
- multa diária, observado o limite total a que se refere o item acima; (Setor Privado)
- publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;
- bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
- eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;
- suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador;
- suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período;
- proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Cartilha sobre a LGPD

QUANDO O TRATAMENTO DE DADOS É CONSIDERADO IRREGULAR?

O tratamento de dados pessoais será irregular quando deixar de observar a legislação ou quando não fornecer a segurança que o titular dele pode esperar (art. 44/LGPD).

13. A LGPD QUANTO À SEGURANÇA E AO SIGILO DOS DADOS

De acordo com os artigos 46 e 47 da LGPD são deveres dos agentes de tratamento e/ou outra pessoa que intervenha em um dos procedimentos:

- adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- obrigação de garantir a segurança da informação prevista na LGPD em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término;

Caberá também ao controlador a comunicação de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano à ANPD e ao titular dos dados pessoais em conformidade com o artigo 48 da LGPD, que também propõe os parâmetros mínimos que devem conter na comunicação:

- a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- as informações sobre os titulares envolvidos;
- a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- os riscos relacionados ao incidente;
- os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Cartilha sobre a LGPD

Com o intuito de garantir a segurança dos dados pessoais e em consonância com o artigo 48 da LGPD, faz-se necessário que os sistemas utilizados para o tratamento de dados pessoais sejam estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais da LGPD e às demais normas regulamentares.

14. RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD

É importante refazer o caminho das operações possíveis referentes ao dado pessoal na instituição, desde a sua coleta, passando por seu armazenamento, tratamento, compartilhamento até à sua eliminação. Isso permite à instituição a otimização de seus recursos e programação de eventos, além de garantir a transparência na relação com o usuário de um determinado serviço.

Além disso, a instituição tem que se perguntar antes da coleta sobre quais dados pessoais são realmente necessários para a obtenção do serviço requerido por seu usuário, tendo em vista também a Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018: “Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação”.

Para a sistematização das operações de tratamento de dados que deverá ser sempre para uma finalidade determinada, quando a sua coleta for imprescindível e preferencialmente com a concordância por escrito dos seus titulares, faz-se necessário:

- mapear os tipos de dados sensíveis da instituição:
 - ☛ Locais de armazenamento;
 - ☛ Forma de tratamento;
 - ☛ Por onde trafegam;
- Identificar os profissionais que têm acesso aos dados e qual o tipo de acesso que cada um deles tem;
- Constituir um grupo de trabalho/comitê para análise e atualização da política interna de proteção de dados, bem como de sua adequação à legislação pertinente;

Cartilha sobre a LGPD

- Realizar análise de risco com relação à proteção dos dados pessoais;
- Promover a gestão de documentos por meio das legislações arquivísticas pertinentes para garantir boas práticas no tratamento de dados;
- Revisar as políticas internas e relações externas para compor dossiês, processos, contratos, formulários, procedimentos e demais atividades que envolvam tratamento de dados pessoais para se adequar à LGPD;
- Informar ao seu usuário sobre o objetivo da coleta e do tratamento de dados pessoais;
- Realizar treinamento de capacitação sobre a LGPD para servidores e terceirizados:
 - 🌐 Abordar sobre a importância da proteção de dados pessoais e seu correto processamento com o intuito de diminuir os riscos de acontecer alguma violação de dados.

Diante do que foi visto, busca-se diminuir a coleta desnecessária de dados pessoais, obter a transparência quanto às fases de tratamento de dados pessoais e as suas tecnologias, garantir o direito à informação ao titular sobre o tratamento de seus próprios dados pessoais, preservar a informação com qualidade e modernizar os requisitos de segurança da informação institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Essa cartilha procurou abordar os principais pontos da LGPD de forma objetiva para um entendimento rápido e fácil, por isso não substitui a leitura minuciosa da Lei. E as recomendações finais desta cartilha procuram indicar quais os principais procedimentos que precisam ser abordados pelas instituições públicas em uma política de ações para o tratamento de dados pessoais e seu contingenciamento.

Com isso, aspira-se ter contribuído para um entendimento melhor da LGPD e suas regulamentações.

Cartilha sobre a LGPD

SUGESTÕES:

Para auxiliar no entendimento há disponível o *Guia de boas práticas*: Lei geral de proteção de dados elaborado pelo Comitê Central de Governança de Dados do Governo Federal em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_lgpd.pdf.

Além disso, recomendamos o [sítio eletrônico da ANPD](https://www.gov.br/anpd/pt-br), que atualiza os entendimentos sobre a legislação, disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br>

E não deixe de acompanhar o [sítio eletrônico da LGPD da Unirio](https://www.unirio.br/acessoinformacao/protecao-de-dados-pessoais), disponível em: <https://www.unirio.br/acessoinformacao/protecao-de-dados-pessoais>

REFERÊNCIAS

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - ANPD (Brasil). **Perguntas Frequentes – ANPD**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes-2013-anpd#c3>. Acesso em: set. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 11 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/l13853.htm#art. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10474.htm. Acesso em: set. 2021

COMITÊ CENTRAL DE GOVERNANÇA DE DADOS (Brasil). **Guia de boas práticas: Lei geral de proteção de dados (LGPD)**. [Brasília]: Ministério da Economia, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_lgpd.pdf. Acesso em: set. 2021.

Cartilha sobre a LGPD

INSTITUTO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE RIO - ITS RIO. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Setor Público.** Um guia da Lei 13.709/2018, voltado para os órgãos e entidades públicas. Rio de Janeiro: ITS, 2019.

GOV.BR. **LGPD:** Comitê prepara hospital para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 2021. Disponível em:
<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sul/hu-ufsc/comunicacao/noticias/comite-prepara-hospital-para-adequacao-a-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais>. Acesso em: 21 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS - SEBRAE (Brasil). **LGPD:** a sua empresa está preparada? Rio de Janeiro: SEBRAE, 2019.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Comissão de Ética da UNIRIO

Ofício nº 032/2023/CE UNIRIO

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2023

Ref. Processo nº 23102.000995/2022-80

Assunto: Designação de defensor dativo

Em Reunião Ordinária da Comissão de Ética, realizada em 18/12/2023, foi decidido pela designação de defensor dativo para atuar no processo nº. 23102.000995/2022-80, tendo em vista que o denunciado foi comprovadamente notificado e não se apresentou, nem enviou procurador legalmente constituído para exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, com previsão no art. 36, parágrafo único do Regimento Interno da CE UNIRIO, e no Art. 28, parágrafo único, da Resolução 10 da Comissão de Ética Pública (CEP).

A Comissão de Ética da UNIRIO designa Bruno Soares Tavares Silva, Matrícula SIAPE nº 2412053, como advogado dativo no processo supracitado.

Por fim, solicito à Chefia de Gabinete a publicação no Boletim Interno da UNIRIO.

 Documento assinado digitalmente
FRANCISCO GADIENE GOMES DE LIMA
Data: 21/12/2023 18:09:00
Perfil: fgc@unirio.br, /validar/0.gom.br

Francisco Gadiene Gomes de Lima
Presidente da Comissão de Ética